

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA N° 2855/2022-PGJ, DE 15.6.2022**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Andréia Cristina Peres da Silva 5 (cinco) dias de férias remanescentes no período de 20 a 24.6.2022, referentes aos períodos aquisitivos 2015/2016 e 2016/2017, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° e-471/2022/PGJ, DE 16.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-472/2022/PGJ, DE 16.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro Dos Santos, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	20 a 29.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-473/2022/PGJ, DE 16.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Luis Alberto Safraidier, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-474/2022/PGJ, DE 16.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Procurador(a) de Justiça Marigô Regina Bittar Bezerra, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° e-475/2022/PGJ, DE 16.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Thiago Barile Galvão de França, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	4 a 13.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 2805/2022-PGJ, DE 14.6.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Lucilene Spolladore Schuhmann, ocupante do cargo efetivo de Técnica II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Planejamento e Gestão por Processos, no dia 20.5.2022 e no período de 23 a 26.5.2022, em razão de licenças para acompanhar familiar e para tratamento de saúde do titular, Reginaldo de Oliveira Vilanova.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2833/2022-PGJ, DE 14.6.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Elpidio Junior das Neves Lima, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 3.6.2022, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º da Resolução nº 8/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1599/2016-PGJ, de 1º.6.2016, que concedeu ao referido servidor o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação (PGA nº 09.2022.00005572-3).

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-735/2022/PJ, DE 20.6.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1548/2021-PGJ, de 26.11.2021, que concedeu férias ao servidor Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, de forma que, onde consta: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 18 a 27.7.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 11 a 20.7.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-736/2022/PJ, DE 20.6.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-17/2022-PGJ, de 14.1.2022, que concedeu férias à servidora Elisângela Cristina Nery, de forma que, onde consta: "ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 18 a 27.7.2022", passe a constar: "período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas no período de 11 a 20.7.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

**NILZA GOMES DA SILVA**

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO****AVISO N. 0003/2022/CGMP/MS**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

**A V I S A:**

Serão objeto de Correição Ordinária as Promotorias de Justiça abaixo elencadas, cujos procedimentos correicionais iniciar-se-ão a partir do 15º dia da publicação deste aviso:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
10ª PJ Campo Grande
11ª PJ Campo Grande
12ª PJ Campo Grande
13ª PJ Campo Grande
14ª PJ Campo Grande
15ª PJ Campo Grande
16ª PJ Campo Grande
17ª PJ Campo Grande
18ª PJ Campo Grande
19ª PJ Campo Grande
20ª PJ Campo Grande
21ª PJ Campo Grande
22ª PJ Campo Grande
24ª PJ Campo Grande
50ª PJ Campo Grande
73ª PJ Campo Grande
3ª PJ Aquidauana
PJ Nioaque
1ª PJ Jardim
2ª PJ Jardim
1ª PJ Bonito
2ª PJ Bonito

Campo Grande, 20 de junho de 2022.

SILVIO CESAR MALUF

Corregedor-Geral do Ministério Público

**GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS****AVISO Nº 45/2022-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna pública as manifestações dos candidatos aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocados por meio do Aviso nº 35/2022-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.662 de 10.05.2022, que optaram pela **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionado em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 7 do Capítulo X do Edital nº 001/2021-XXIVPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 2.570, de 03 de dezembro de 2021.

CANDIDATOS	COMARCA	NÍVEL
Paulo Victor Tineo Isensee	Campo Grande	Pós-graduação
Stefani Lara de Campos Arce Santana	Campo Grande	Pós-graduação
Karlos Germano Quinhones de Assis	Campo Grande	Pós-graduação
Sarah Nogueira Sardinha	Campo Grande	Pós-graduação
Rhayanni da Cruz Brandao	Campo Grande	Pós-graduação
Gabriela Acosta Cruz	Campo Grande	Pós-graduação
Larissa Gonzales Linhares	Campo Grande	Pós-graduação
Izabella Aparecida Melo de Souza	Campo Grande	Pós-graduação

Campo Grande, 20 de junho de 2022.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 46/2022-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de pós-graduação em Direito** aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2021-XXIVPSE, no Capítulo X, “Da Convocação e Admissão”, itens 3 e 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) deverá manifestar, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, seu interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br) – **ENTRE OS DIAS 27/06/2022 e 01/07/2022, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTA AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

**O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (PÓS-GRADUAÇÃO).**



## 1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

### 1.1 COMARCA DE AQUIDAUANA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Luiz da Costa Gomes, 544, Vila Cidade Nova, Aquidauana.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
GABRIEL LIMA BEDA	3ª	

### 1.2 COMARCA DE BELA VISTA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
FERNANDA ESPINDOLA GOMES	1ª	

### 1.3 COMARCA DE CAMAPUÃ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Ferreira da Cunha, 472, Vila Diamantina, Camapuã.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ESTEFANI ALMEIDA DE OLIVEIRA	1ª	
KATIANE CAMPOS FLORES	2ª	

### 1.4 COMARCA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
FERNANDA TELES CÁRDENA (N)		14ª
CHARLEY MAXIMILIAN DA SILVA COLVARA	25ª	
BRUNA DOS SANTOS ROMIN	26ª	
JOANA ALVES PEREIRA (N)		15ª
HELOISA POLACCHINE LEITE	27ª	
CAROLINE LAUREN ANDRADE RODRIGUES	29ª	
IASMIN ARAUJO PEREIRA (N)		16ª
BIANCA SOUZA LOPES DA SILVA	30ª	
GIOVANNA ROSALINO DE RESENDE	31ª	
JULIANA VIEIRA TORRES		17
VESPASIANO LEONARDO DA SILVA NETO	32	
PALOMA CRÍSTIAN FIGUEIREDO LULA	33	
EMMANUELLE ORTIZ MORELLI SAID		18
GABRIELA DUARTE TORRES	34	

\* Legendas: (N) – Negro; (PD) -Pessoa com Deficiência; (I) – Indígena;

\*\* Vagas destinadas aos candidatos cotistas conforme previsão do Edital n. 1/2021-XXIVPSE-MPMS (Item VI).

### 1.5 COMARCA DE JARDIM

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, Jardim.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
LIVIA MIDORI TERUYA LEITE	2ª	
ALFREDO LOUBET NETO	3ª	

### 1.6 COMARCA DE NOVA ANDRADINA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua São José, 564, Centro, Nova Andradina.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
DRIELLY KAROLINE KLEBIS CAMPITELI	2ª	

### 1.7 COMARCA DE TRÊS LAGOAS



LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
FRANCIELLI VIEIRA CARMIELO	1ª	
MAYENY ELIAS FRANÇA	2ª	

## 2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/pós-graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF;
1 (uma) foto 3x4, recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro – disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político – modelo disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”;
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração para esse fim – modelo disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”;
Fotocópia legível do diploma de nível superior/graduação ou certificado de conclusão de curso, ficando, neste último caso, pendente a entrega do diploma após sua efetiva emissão pela instituição de ensino;
Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, constando as seguintes informações: início e término do curso e carga horária total ( <b>não será aceito documento que não contenha todas as informações</b> );

**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:** [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 3357-2558 E (67) 99300-4489 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 20 de junho de 2022.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 124/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/1374/2021

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA - FAPEC**, representada por **Nilde Clara de Souza Benites Brun**.

Procedimento licitatório: Dispensado, conforme artigo 24, XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93.

Amparo legal: Artigo 57, §1º, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação do prazo para execução dos serviços, por mais 113 (cento e treze) dias.

Vigência: 15.06.2022 até 16.09.2022.

Data de assinatura: 15 de junho de 2022.

**EXTRATO DO DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 029/PGJ/2009**

Processo: PGJ/10/1567/2009

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- ALEXANDRO NASCIMENTO DUARTE**, representado por **Joana Paulo do Nascimento**.

Procedimento licitatório: Dispensado de acordo com o artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigos 3 e 51 da Lei nº 8.245/91, e artigo 62, § 3º, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 029/PGJ/2009, por mais 12 (doze) meses.

Valor mensal: R\$ 1.469,10 (um mil quatrocentos e sessenta e nove reais e dez centavos).

Vigência: 20.07.2022 a 19.07.2023.

Data de assinatura: 8 de junho de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00002768-2

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

**2- TECNETWORKING SERVIÇOS E SOLUÇÕES EM TI LTDA**, representada por **Zaimison Antones Rodrigues Cartaxo**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico n.º 12/PGJ/2022.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Fornecimento de direito de uso temporário (subscrição) das licenças de *softwares* e serviços *Adobe Creative Cloud*, para uso em *design* gráfico, desenvolvimento *web* e edição de vídeo, com direito de atualização de versões por 36 (trinta e seis) meses.

Valor total: R\$ 209.741,00 (duzentos e nove mil setecentos e quarenta e um reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000339, de 03.06.2022.

Vigência: 17.06.2022 até 17.08.2025.

Data de assinatura: 17 de junho de 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****DOURADOS****EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 02/06/2022, entre o Ministério Público Estadual, por meio da 10ª Promotoria de Justiça de Dourados/MS, na tutela dos Direitos do Consumidor, e CASTRO E MARQUES ENTRETERIMENTO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n. 34.730.695/0001-89, localizada na Rua Onofre Pereira Matos, nº 1811, Centro, CEP 79.802-010, em Dourados/MS, representada por seu sócio responsável FILIPE SOUZA DE CASTRO, portador do RG nº 001.636.822 SSP/MS, inscrito no CPF nº 040.343.811-08, representado pelos advogados, Dr. Ivo Barbosa Netto (OAB nº 19.609/MS) e Dr. Luan Augusto Ramos (OAB nº 18.434/MS), em virtude da não disponibilização do benefício da meia-entrada para o público no evento intitulado *We Feel by Feeling*, realizado nesta cidade em 05/02/2022.

Termo firmado no bojo do Inquérito Civil n. 06.2022.00000210-3. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Dourados, 10 de junho de 2022.

AMILCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR  
Promotor de Justiça em substituição legal

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****APARECIDA DO TABOADO****EDITAL Nº 006/02PJ/2022/ATD**

O Ministério Público da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº. 3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004539-1

Requerente: Ministério Público Estadual / 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS.

Objeto: *fiscalização e acompanhamento do atendimento de direitos exclusivamente individuais do idoso José Maria Barbosa Filho.*

Aparecida do Taboado/MS, 13 de junho de 2022.

JERUSA ARAUJO JUNQUEIRA QUIRINO  
Promotora de Justiça.

**CASSILÂNDIA**

---

**EDITAL Nº 0010/2022/02PJ/CLA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000425-6, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: "<http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>"

O referido expediente também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, bairro Alto Izanópolis, Cassilândia-MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000425-6

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Flávio Minoru Maruyama

Assunto: Apurar a degradação ambiental e processos erosivos em 3,27 hectares, em área de preservação permanente, na Fazenda Vale do Indaiá Grande, em Cassilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório PMA n. 009/2º PEL 6ª CIA BPMA/2022.

Cassilândia-MS, 14 de junho de 2022

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0011/2022/02PJ/CLA**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2022.00000418-9, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico: "<http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>"

O referido expediente também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800, bairro Alto Izanópolis, Cassilândia-MS.

Inquérito Civil nº 06.2022.00000418-9

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Wagner Marcelo Monteiro Borges

Assunto: Apurar a regularidade jurídica ambiental da supressão de 7,96 hectares em área de preservação permanente, na Fazenda WO I, em Cassilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Relatório de Informações Complementares nº 010/2º PEL 6ª CIA BPMA/2022.

Cassilândia-MS, 15 de junho de 2022

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO

Promotora de Justiça



---

**COXIM**

---

**RECOMENDAÇÃO N.º 0002/2022/01PJ/CXM**

Nº SAJ/MP: 06.2022.00000456-7

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio da 1ª Promotora de Justiça da Comarca de Coxim, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 129, incisos VI e IX, da Constituição Federal; artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 28, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 072/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul);

CONSIDERANDO que a Resolução n.º 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que *“a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”*;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a relevância e a magnitude das atribuições conferidas ao Ministério Público no tocante à defesa do patrimônio público, por força do art. 129, III da Constituição da República e das disposições da Lei n.º 7.347/85;

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública e de seus respectivos gestores a *legalidade*, a *impeccabilidade*, a *moralidade*, a *publicidade* e a *eficiência*, a teor do que glosado no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal e no artigo 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO que o princípio da impessoalidade significa que *“a Administração Pública não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que deve nortear o seu comportamento”*<sup>1</sup>; enquanto o princípio da moralidade *“extraí-se do conjunto de regras de conduta que regulam o agir da Administração Pública; tira-se da boa e útil disciplina interna da Administração Pública (...)”*<sup>2</sup>, os quais são vilipendiados ao se permitir a prática do nepotismo;

CONSIDERANDO que, de acordo com o disposto no art. 2º, I, da Lei Municipal n.º 1.485 de 2010, constitui prática de nepotismo, dentre outras *“o exercício de cargo de provimento em comissão (assessores, diretores, chefes de seção, coordenadores/secretários municipais e demais cargos de livre nomeação e exoneração), ou de função gratificada no âmbito da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional, como também no âmbito do Poder Legislativo, por cônjuge, companheiro, ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de Prefeito(a), Vice-Prefeito(a), Secretários(as)/Coordenadores(as) Municipais, e Vereadores(as), bem como de qualquer ocupante de cargo de direção, chefia ou de assessoramento;*

CONSIDERANDO que a Jurisprudência pátria tem se posicionado de modo a reconhecer a contratação de parentes como nepotismo, mesmo quando em cargos de natureza política, visto que a observância dos princípios da moralidade, legalidade e impessoalidade (razões da existência da Súmula Vinculante n.º 13 do STF) deve ser observados no preenchimento de qualquer cargo da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, por meio do enunciado de Súmula Vinculante n. 13<sup>3</sup>, estabelece que: *“A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública Direta e Indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”*;

---

<sup>1</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2014, p. 68

<sup>2</sup> GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 64

<sup>3</sup> Constituição Federal, Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei. (Incluído pela EC 45/2004)



CONSIDERANDO que a Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul também expressou a vedação, no âmbito de cada Poder, inclusive tornando irrelevante a existência ou não de subordinação hierárquica, cujo seu artigo 27, parágrafo 7º, prevê que: *“No âmbito de cada Poder do Estado bem como do Ministério Público Estadual, o cônjuge, o companheiro e o parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau civil, de membros ou titulares do Poder e de dirigentes superiores de órgãos ou entidades da administração direta, indireta ou fundacional, não poderão, a qualquer título, ocupar cargo em comissão ou função gratificada, esteja ou não o cargo ou a função relacionada a superior hierárquico que mantenha referida vinculação de parentesco ou afinidade, salvo se integrante do respectivo quadro de pessoal em virtude de concurso público de provas ou de provas e títulos”*;

CONSIDERANDO, portanto, que em razão do teor do enunciado de Súmula Vinculante n. 13 do STF e artigo 27, § 7º, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, não podem ser nomeados para cargo em comissão ou em função de confiança as pessoas que possuam grau de parentesco na linha reta, colateral, ou por afinidade até o 3º (terceiro) grau, inclusive, não só com a autoridade nomeante, mas também com outro servidor ocupante de cargo de direção, chefia ou assessoramento na mesma pessoa jurídica de direito público;

CONSIDERANDO que Antônio Carlos Pereira das Neves, irmão do Vereador João Moraes Neto (João do Posto), foi nomeado para ocupar cargo de provimento em comissão na Fundação Estatal de Saúde do Pantanal (Hospital Regional de Coxim), exercendo a função de Gerente de Recursos Humanos (escolhido pelo Diretor-Geral da FESP, discricionariamente, conforme restou assentado pelos documentos acostados às fls. 15 e 30-36 do Inquérito Civil);

CONSIDERANDO que é dever do gestor público zelar pelo correto cumprimento das leis, bem como buscar a lisura das atividades públicas e dispensar mecanismos para a constante moralização das funções e atividades, de modo a se espantar do mundo real eventuais ocupações indevidas de cargos públicos;

CONSIDERANDO que a falta de tomada de ação pode configurar ato de improbidade administrativa, inclusive por todos que estiverem na cadeia de responsabilidades e chefia;

CONSIDERANDO o disposto no art. 11, inciso XI da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), com a seguinte redação: “Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (...) XI - nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas;”

RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO ao Diretor do Hospital Regional de Coxim, Devanir Rodrigues Pereira Junior, com fundamento no art. 27, parágrafo único, inciso IV da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 44 da Resolução nº 15/2007-PGJ, nos seguintes termos:

1 – Regularizar a questão, cessando-se no prazo de 30 (trinta) dias a ilegalidade constatada, com exoneração de Antônio Carlos Pereira das Neves, do cargo em comissão de Gerente de Recursos Humanos da FESP;

2 - O Diretor-Geral da FESP deverá informar a esta 1ª Promotoria de Justiça, no prazo de até 10 (dez) dias, se pretende cumprir a recomendação, e em caso afirmativo, discriminar todas as medidas adotadas, apresentando desde logo os documentos (termo de exoneração).

3 – O descumprimento desta recomendação ensejará a interposição das medidas administrativas e judiciais cabíveis, em caso de omissão e manutenção da situação fática em tela;

4 – O destinatário (Diretor-Geral da FESP) deverá publicar a presente Recomendação em veículo adequado, conforme previsto no art. 45, parágrafo único, da Resolução nº 015/2017-PGJ;

Encaminhe-se cópia da Recomendação à Câmara Municipal de Coxim-MS, para conhecimento e medidas que entender pertinentes, no âmbito de sua competência como fiscal dos atos do Poder Executivo e da administração indireta;



Encaminhe-se cópia ao Conselho Curador da FESP e também ao prefeito municipal de Coxim, para conhecimento.

Publique-se a presente Recomendação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;

Decorrido o prazo de dez dias, sem resposta acerca da aceitação da presente Recomendação, o serviço de apoio deverá certificar nos autos deste Inquérito Civil e fazer a conclusão.

Quanto à comunicação aos Centros de Apoio Operacional respectivos, consoante Resolução 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017 (art. 57, inciso VI), são realizados automaticamente, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Coxim-MS, 14 de junho de 2022.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO  
Promotor de Justiça

#### IGUATEMI

#### EDITAL Nº 0015/2022/PJ/IGU

A Promotoria de Justiça de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, centro, nesta cidade.

Inquérito Civil 06.2022.00000549-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Fabio Pascua Telles de Menezes, Flávio Páscoa Teles de Menezes, José Pascua Telles de Menezes, Lucas Miotto, Maria Cristina Maia Telles de Menezes, Maria Fernanda Carnio Telles de Menezes.

Objeto: Apurar a supressão de 3,15 hectares em área de Reserva Legal, integrante do Bioma Mata Atlântica, na Fazenda Canaã, em Iguatemi/MS, sem autorização do órgão competente, conforme Laudo Técnico nº 75/22/NUGEO.

Iguatemi, 20 de junho de 2022

ANDRÉ LUIZ DE GODOY MARQUES  
Promotor de Justiça Substituto

**PONTA PORÃ**

---

**EDITAL Nº 0047/2022/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2022.00004886-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2022.00004886-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido(s): Mariana de Mello Macedo Costa e João Carlos de Macedo Costa

Assunto: acompanhar o cumprimento do compromisso de ajustamento de conduta firmado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2016.00001247-0 cujo objeto é a regularização ambiental da propriedade rural Fazenda Pato Branco

Ponta Porã/MS, 10 de junho de 2022

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0048/2022/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005611-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2022.00005611-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã

Assunto: acompanhar o cumprimento de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado nos autos do Procedimento Administrativo n. 09.2019.00002945-0 objetivando a atualização e efetivação do Plano de Manejo da Unidade de Conservação APA do Rio APA (Unidade de Proteção Ambiental das Nascentes do Rio Apa) localizada no Distrito da Cabeceira do APA, município de Ponta Porã

Ponta Porã/MS, 10 de junho de 2022

Gabriel da Costa Rodrigues Alves

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0049/2022/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2022.00005349-1, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2022.00005349-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido(s): Soeli Teixeira Roncatti, Roberval Roncatti

Assunto: Acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta, firmado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2021.00000738-2, relativo à regularidade jurídico-ambiental do imóvel denominado Estância Rancho Alegre, localizado no município de Ponta Porã/MS.

Ponta Porã/MS, 11 de junho de 2022

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça



## EXTRATO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 0050/2022/01PJ/PPR

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 20/05/2022, entre o Ministério Público Estadual, por meio de sua 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS e Município de Ponta Porã, referente à empreender esforços para assegurar a efetividade da gestão da unidade de conservação do Rio Apa, no bojo do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002945-0, disponível para consulta do conteúdo integral na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã/MS, localizada na Rua Baltazar Saldanha nº 1613, Bairro Jardim Ipanema, CEP: 79904-150, Telefone: (67) 3431 1375. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Ponta Porã/MS, 13 de junho de 2022

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES  
Promotor de Justiça

## EDITAL N. 0002/2022/SP/PPR

NOTICIA DE FATO 01.2022.00003918-9

Anexo IV da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022.

## EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 0002/2022, referentes aos documentos da 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã-Ms, nos termos do disposto no art. 10 da Resolução nº 17/2022-PGJ, de 19 de abril de 2022. O Prazo é de 5 (cinco) dias, contando da publicação no DOMP, para possíveis manifestações ou para possibilitar às partes interessadas requerer, a suas expensas, o desentranhamento de documentos ou cópias de peças de processos ou expedientes, salvos as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

## LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 0002/2022

PROVENIÊNCIA – Promotoria de Justiça		PROCEDÊNCIA – Órgão Responsável pelo Arquivamento - Supervisão das Promotorias de Justiça de Ponta Porã-MS		
Órgão / Setor 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		Órgão / Setor – SUPERVISÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PONTA PORÃ-MS		
TIPO DOCUMENTAL		JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO				
<p><u>Classe-200</u>–Procedimentos Preparatórios: cxa n. 38-Ref.19,13 e 33, cxa n. 39,40,41 e 44-Ref.06,62–referentes aos anos de: 2003,2005,2006,2007,2009,2010,2011; <u>Classe-200</u>- Inquérito Civil (Sem TAC). cxa n. 68, cxa n. 65, ref a cxa 17, cxa n. 39-Ref a 13, cxa n. 41 ref a 01. Referentes aos anos de: 2005, 2007 e 2008; <u>Classe/Subclasse-200</u> – Procedimentos Administrativos – cxa n. 07,17,38,40,41,42,44,45, 55,62,65,68,74 e 67, Ref a cxa 06. Referentes aos anos de: 1999,2001,2003,2005,2006,2007,2014,2015,2016, 2000,2001; <u>Classe/Subclasse-100</u> – Diligências: cxa n. 38,40 e 124. Referentes aos anos de: 2005,2007,2016 e 2017; <u>Classe/Subclasse-200</u> – Notícia de Fato: cxa n. 74, 65, Ref a cxa 17, cxa n. 84, ref a cxa 65. Referente ao ano de: 2011 e 2015;</p>		Decurso do Prazo de guarda previsto na Tabela de temporalidade (Resolução n. 17/2022-PGJ, de 19/04/2022). Os referidos documentos já cumpriram seus prazos de guarda.	1999	2017
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Nazira Quintana Hamer – Aux. Administrativo Data do preenchimento: 15/6/2022				

Ponta Porã, 15 de junho de 2022

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES  
Promotor de Justiça



---

**SIDROLÂNDIA**

---

**EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

Inquérito Civil n.º 06.2022.00000251-4

Extrato de Compromisso de Ajustamento de Conduta celebrado em 26.05.2022 entre o Ministério Público Estadual, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Sidrolândia/MS e André Luiz Botton, Chaiane Emília Dalazen Botton e Paulo Roberto Botton, referente a regularização de Área de Reserva Legal, no bojo dos autos de Inquérito Civil n.º 06.2022.00000251-4, disponível para consulta em do conteúdo integral na 2ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS, localizada na rua Espírito Santo, n.º 1.383, bairro Centro, CEP 79.170-000, telefone (67) 3272-1637. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: "<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>".